



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 567842 - SE (2020/0072453-0)

**RELATOR** : MINISTRO RIBEIRO DANTAS  
**IMPETRANTE** : ROSELI ALMEIDA DA SILVA  
**ADVOGADOS** : IGOR SANT'ANNA TAMASAUSKAS E OUTRO(S) - SP173163  
LUCIANA BARROS DUARTE - SP222573  
ROSELI ALMEIDA DA SILVA - SP387839  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIAO  
**PACIENTE** : LUIZ CARLOS DE LIMA (PRESO)

### DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* impetrado em favor de **LUIZ CARLOS DE LIMA**, em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal Regional Federal da 5ª Região.

Consta dos autos que o paciente foi condenado pela prática do crime previsto no art. 155, § 4º, II, c/c art. 14, II, ambos do Código Penal.

Irresignada, a Defesa apelou à Corte local, que negou provimento o recurso, nos moldes da seguinte ementa:

"PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. FURTO QUALIFICADO MEDIANTE FRAUDE. INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTO PARA COLETA CLANDESTINA DE SENHAS E DADOS EM TERMINAL DE AUTOATENDIMENTO BANCÁRIO DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. ATO DE EXECUÇÃO. CRIME TENTADO. PROVA PERICIAL. AUTORIA COMPROVADA. APELO NÃO PROVIDO.

1. A instalação em terminal de autoatendimento bancário de equipamento para coleta clandestina de dados e senhas de clientes é ato executório do crime de furto qualificado pelo emprego de fraude, e não mero ato preparatório. Hipótese em que o crime não se consumou por motivos alheios a vontade do recorrente, eis que percebido o equipamento por cliente e funcionário da empresa vítima.

2. Prova pericial que atestou pertencer ao apelante um dos fragmentos de impressão papilar encontrados no instrumento do crime, na parte aderente de uma fita adesiva utilizada para fixação dos equipamentos em área não manuseada pelo público correntista da instituição financeira vítima.

3. Apelação não provida." (e-STJ, fls. 12-13)

Neste *writ*, alega a Defesa que: a) o paciente foi condenado a cumprir pena inferior a 4 anos de reclusão, por crime cometido sem violência ou grave ameaça, de modo que é cabível a fixação do regime inicial aberto; b) o paciente encontra-se cumprindo pena, em regime semiaberto, no Estado de São Paulo e que, diante do avanço do COVID-19, recomendou-se que os presos em regime semiaberto podem cumprir pena em regime domiciliar. Ademais, a companheira do paciente encontra-se grávida de 7 meses.

Requer, liminarmente, a concessão da ordem para que seja alterado o regime de cumprimento para o aberto ou pela conversão do regime semiaberto para prisão domiciliar.

#### É o relatório.

Decido.

Esta Corte e o Supremo Tribunal Federal pacificaram orientação no sentido de que não cabe *habeas corpus* substitutivo do recurso legalmente previsto para a hipótese, impondo-se o não conhecimento da impetração, salvo quando constatada a existência de flagrante ilegalidade no ato judicial impugnado.

Passo à análise das razões da impetração, de forma a verificar a ocorrência de flagrante ilegalidade a justificar a concessão do *habeas corpus*, de ofício.

Inicialmente, verifica-se que a questão relacionada ao pleito de alteração do regime de cumprimento da pena não foi objeto de julgamento no acórdão impugnado, o que impede seu conhecimento por este Tribunal Superior, sob pena de indevida supressão de instância, consoante pacífico entendimento desta Corte:

"A questão relativa à alegada demora injustificada na instrução processual não foi objeto de exame pela Corte de origem, no acórdão recorrido, o que obsta a sua análise no presente recurso, sob pena de se incidir em indevida supressão de instância." (RHC 107.631/CE, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 15/10/2019, DJe 18/10/2019)

"Em relação à prisão preventiva e ao excesso de prazo, verifica-se que as irresignações da defesa não foram objetos de cognição pela Corte de origem, o que torna inviável a sua análise nesta sede, sob pena de incidir em indevida supressão de instância, conforme reiterada jurisprudência desta Corte." (RHC 111.394/SP, de minha relatoria, QUINTA TURMA, julgado em 10/10/2019, DJe 15/10/2019)

"A alegação de nulidade das provas obtidas por devassa ilegal de celulares apreendidos não foi objeto de análise pelo Tribunal de origem, o que impede o enfrentamento do tema por esta Corte sob pena de indevida supressão de instância." (HC 521.341/DF, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 1º/10/2019, DJe 11/10/2019)

De mais a mais, a título argumentativo, cabe destacar que, da leitura da sentença, extrai-se que, a despeito da pena final do paciente ter sido estabelecida em patamar inferior a 4 anos de reclusão, o regime semiaberto foi fixado em razão do reconhecimento da reincidência e dos maus antecedentes do paciente, circunstâncias que autorizam a fixação de regime mais grave que aquela cabível pela quantidade de pena fixada.

Por fim, verifica-se que a questão relacionada à possibilidade de cumprimento da pena em prisão domiciliar, diante da pandemia pelo novo coronavírus, igualmente não foi objeto de apreciação pelo Tribunal de origem, o que impede seu conhecimento por esta Corte Superior, sob pena de indevida supressão de instância.

Ademais, registro que o Supremo Tribunal Federal, pela voz do ilustre Ministro MARCO AURÉLIO, em decisão recentíssima, conclamou os Juizes a atender pleitos como o presente. Ocorre que o Pleno do STF não chancelou tal orientação. Como se pode ler no próprio sítio eletrônico da Corte (<http://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=439697&ori=1>), acerca de pedido do Instituto de Defesa do Direito de Defesa (IDDD) para prevenir a propagação do novo coronavírus no sistema de justiça penal e socioeducativo, onde se pleiteara, entre outras coisas, o livramento de presos de mais de 60 anos, e a autorização para que aqueles com HIV, tuberculose, câncer, diabetes e doenças respiratórias, cardíacas e imunodepressoras cumpram prisão domiciliar:

"Em decisão assinada na terça-feira (17), o ministro Marco Aurélio, relator da ação, negou seguimento ao pedido sob o entendimento de que, do ponto de vista formal, o IDDD não é parte legítima (...). Entretanto, o ministro decidiu, de ofício (iniciativa própria), conchamar os juizes de Execução Penal a adotarem junto à população carcerária procedimentos preventivos do Ministério da Saúde para evitar o avanço da doença dentro dos presídios. Essa decisão foi levada a referendo do Plenário na sessão de hoje (18).

Por unanimidade, os ministros acompanharam o entendimento do relator sobre a ilegitimidade de *amicus curiae* para requerer medida cautelar. Porém, divergiram quanto a recomendação aos juizes de execução penal. O ministro Alexandre de Moraes, que abriu a divergência, destacou que, para evitar a disseminação do novo coronavírus nas prisões, o CNJ recomendou a análise de situações de risco caso a caso. A divergência foi seguida pelos ministros Edson Fachin, Roberto Barroso, Rosa Weber, Luiz Fux, Cármen Lúcia, e Dias Toffoli. O ministro Gilmar Mendes acompanhou o relator na concessão de

ofício das sugestões." (grifou-se).

Ante o exposto, **não conheço** do *habeas corpus*.  
Publique-se. Intime-se.

Brasília, 01 de abril de 2020.

Ministro Ribeiro Dantas

Relator